



**GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ**  
Secretaria da Fazenda

**CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS**

**1ª CÂMARA DE JULGAMENTOS**

**RESOLUÇÃO Nº 295/2012**

**CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS**

**083ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM: 05/06/2012**

**PROCESSO Nº 1/4139/2011**

**AI: 1/2011.013715-1**

**RECORRENTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS**

**RECORRIDA: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA**

**CONSELHEIRO RELATOR: PEDRO ELEUTÉRIO DE ALBUQUERQUE**

**EMENTA: TRANSPORTE DE MERCADORIA  
DESACOMPANHADA DE NOTA FISCAL.  
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E  
TELÉGRAFOS - EBCT. RESPONSABILIDADE  
TRIBUTÁRIA.**

**1. O artigo 140 do RICMS/CE veda de forma expressa que o transportador não poderá aceitar despacho ou efetuar o transporte de mercadoria ou bem que não esteja acompanhado dos documentos fiscais próprios.**

**2. A Imunidade tributária a que se subsume a EBCT se refere tão somente ao serviço de transporte "strictu sensu" realizado pela mesma, não se servindo, pois para afastar a responsabilidade tributária decorrente do transporte de mercadoria desacompanhada da respectiva nota fiscal.**

**3. Recurso Voluntário conhecido e não provido, por unanimidade de votos.**

**4. Decisão em consonância com o entendimento exarado pelo representante da Procuradoria Geral do Estado.**

**RELATÓRIO**

Trata-se de auto de infração lavrado sob o fundamento de que **EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS – EBCT** transportou as mercadorias relacionadas no Certificado de Guarda de Mercadoria nº 890/2011 sem a devida documentação fiscal.

**“TRANSPORTAR MERCADORIA SEM DOCUMENTO FISCAL. APÓS FISCALIZAÇÃO NO CENTRO OPERACIONAL DA EBCT CONSTATAMOS QUE O VOLUME SZ 866666671BR ESTAVA SEM A DEVIDA DOCUMENTAÇÃO FISCAL PELO QUE FOI LAVRADO O PRESENTE AUTO DE INFRAÇÃO DE ACORDO COM O PARECER DA PGE 34/99 E NORMA DE EXECUÇÃO DA SEFAZ-CE 07/99. MERCADORIA PROCEDENTE DE SÃO PAULO-SP E DESTINADA A JOSENIAS VASCONCELOS EM FORTALEZA-CE. BASE DE CÁLCULO R\$ 1.260,00.”**

A Atuada apresentou impugnação administrativa onde alega, em breve síntese, que o serviço postal que realiza goza de imunidade, situação esta reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal quando do julgamento do RE nº 407099/RS, motivo pelo qual seria insubsistente o auto de infração em questão.

O lançamento tributário foi julgado procedente na 1ª Instância Administrativa, sob o fundamento de que a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do RE nº 407099/RS só tem efeito entre as partes, não vinculando as demais decisões do Poder Judiciário e no âmbito Administrativo e que a imunidade tributária prevista na Constituição de 1988 alcança somente o serviço postal *“strictu sensu”*, entendimento já manifestado por meio do Parecer nº 34/99 da Procuradoria Geral do Estado.

Face a isto, a EBCT interpôs recurso voluntário onde repisa os argumentos contidos na sua impugnação administrativa.

A Consultoria Tributária manifestou-se pela manutenção da decisão condenatória da 1ª Instância e o representante da Procuradoria Geral do Estado adotou o referido Parecer.

É o relatório.

## VOTO

De acordo com o relato acima, o ponto nodal da presente discussão administrativa está em saber se a imunidade que goza a Recorrente tem o condão de afastar a exigência do crédito tributário constituído por meio do lançamento tributário em questão.

Conforme muito bem demonstrado através do Parecer nº 34/99 da Procuradoria Geral do Estado a imunidade a que se subsume a Recorrente aplica-se tão somente ao serviço postal *“strictu sensu”*, não abrangendo, portanto, a situação que ensejou o lançamento tributário sob análise, tendo em vista que este se refere ao transporte de mercadoria sem documento fiscal próprio.

Com efeito, o artigo 140 do Decreto nº 24.569/97 – RICMS/CE estabelece de forma expressa que o transportador não poderá aceitar transportar mercadoria ou bem desacompanhada da respectiva documentação fiscal própria, senão vejamos:

*“Art. 140. O transportador não poderá aceitar despacho ou efetuar o transporte de mercadoria ou bem que não estejam acompanhadas dos documentos fiscais próprios.”*



Por outro lado, o artigo 21 do Decreto nº 24.569/97 – RICMS/CE atribui àquele que realiza o transporte da mercadoria ou bem, a responsabilidade pelo pagamento do ICMS nos seguintes termos:

*“Art. 21. São responsáveis pelo pagamento do ICMS:*

*(...)*

*II – o transportador, em relação à mercadoria:*

*(...)*

*c) que aceitar para despacho ou transportar sem documento fiscal, ou sendo este inidôneo;” (grifo nosso)*

Nesse contexto, não há como prevalecer os argumentos contidos no Recurso Voluntário em questão, na medida em que a legislação tributária aplicável ao caso *sub examine* estabelece de forma clara o tratamento fiscal que deve ser oferecido àqueles que realizam o transporte de mercadorias desacompanhadas do documento fiscal próprio, não sendo, dessa forma, a imunidade alegada pela Recorrente capaz de desconstituir o lançamento tributário em comento, tendo em vista que este se encontra devidamente fundamentado no artigo 140 do RICMS/CE.

Diante do acima exposto, entendo que não merece qualquer reparo a decisão monocrática, motivo pelo qual VOTO para que se conheça do Recurso Voluntário interposto, e lhe seja NEGADO PROVIMENTO, e, por via de consequência, seja mantida a decisão condenatória proferida pela 1ª Instância Administrativa, de acordo com o Parecer da Consultoria Tributária, adotado pelo representante da Procuradoria Geral do Estado.

### DECISÃO

Vistos, discutidos e examinados os presentes autos, em que é recorrente a **EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS – EBCT** e recorrida a Célula de Julgamento da 1ª Instância. A 1ª Câmara do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, resolve conhecer do recurso voluntário, negar-lhe provimento, para após afastar a preliminar de nulidade arguida pela recorrente, confirmar a decisão **CONDENATÓRIA** proferida pela 1ª Instância, nos termos do voto do relator, conforma parecer da Consultoria Tributária, adotado pelo representante da douta Procuradoria Geral do Estado.

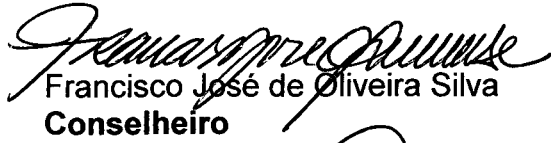
SALA DAS SESSÕES, em Fortaleza, aos 23 de agosto de 2012.

Francisca Marta de Sousa  
Presidente

Matteus Viana Neto  
Procurador do Estado

Edilson Izaias de Jesus Junior  
Conselheiro

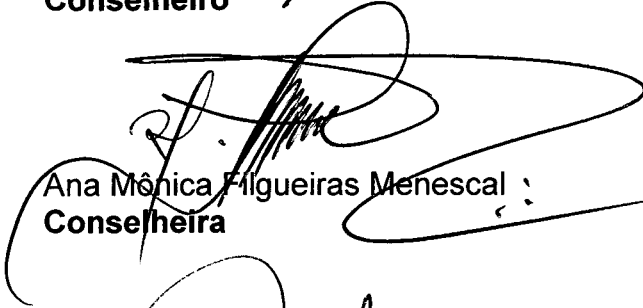
Anneliné Magalhães Torres  
Conselheira



Francisco José de Oliveira Silva  
**Conselheiro**




Vanessa Albuquerque Valente  
**Conselheira**

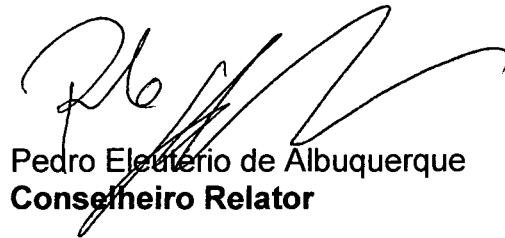


Ana Mónica Figueiras Menescal  
**Conselheira**

José Gonçalves Feitosa  
**Conselheiro**



Manoel Marcelo Augusto Marques Neto  
**Conselheiro**



Pedro Eleutério de Albuquerque  
**Conselheiro Relator**